

Leonardo Novo Oliveira Andrade de Araújo

DIREITO OPERACIONAL



© Copyright 2019
Ícone Editora

Proibida a reprodução total ou parcial desta obra, de qualquer forma ou meio eletrônico, mecânico, inclusive por meio de processo xerográficos, sem permissão do editor (Lei nº 9.610/98).

Capa e diagramação
Luiz Antonio Gonçalves

Revisão
Tânia Lins

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

A69d

Araújo, Leonardo Novo Oliveira Andrade de
Direito operacional / Leonardo Novo Oliveira Andrade de Araújo. - 1. ed. - São Paulo : Ícone, 2019.
376 p. ; 23 cm.

Inclui índice
ISBN 9788527413220

1. Direito - Brasil. 2. Segurança pública - Brasil. 3. Policiais - Brasil. 4. Prevenção de crimes - Brasil. I. Título.

19-58439

CDU: 34:351.75(81)

Leandra Felix da Cruz - Bibliotecária - CRB-7/6135

17/07/2019 22/07/2019

Todos os direitos reservados pela
ÍCONE EDITORA
Rua Javaés, 589 - Bom Retiro
CEP: 01130-010 - São Paulo/SP
Fone/Fax: (11) 3392-7771
www.iconeeditora.com.br
iconevendas@iconeeditora.com.br

DEDICATÓRIA

Como a família é a base de tudo, não poderia deixar de dedicar, primeiramente, esta obra aos meus familiares. Dedico este livro à minha mãe Pricila, a quem devo tudo que sou hoje; a meu pai, grande Araújo, onde ele estiver, sempre protegendo a todos nós. Ele, meu exemplo e minha inspiração, coronel de operações especiais, mesmo sem nunca ter frequentado qualquer curso militar. Dedico esta obra a Daniely, minha única irmã, que sempre me incentivou e se preocupou comigo quando eu estava a serviço de inúmeras operações policiais, e à minha esposa Najla, por todo o apoio, por compreender meus momentos de ausência, decorrentes das intermináveis horas de trabalho e estudo, e pelo maior presente de nossas vidas, nosso milagre de São Miguel, o pequeno Mateus. Não poderia deixar de agradecer também a todos os policiais que estiveram ao meu lado nos momentos duros de combate, em que derramávamos sangue, suor e lágrimas, ao eterno “15”, ao saudoso capitão Matos, exemplo de profissional, que nunca será esquecido. Finalmente, dedico esta obra aos meus alunos, heróis que dispõem de suas vidas em favor do próximo, que continuam firmes no propósito de defender a sociedade apesar de não obterem o devido reconhecimento.



AUTOR

Leonardo Novo Oliveira Andrade de Araújo é major da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Ele é formado em Direito e pós-graduado em Direito Penal e Processual Penal pela Universidade Candido Mendes, e mestrando em Criminologia pela Universidade Fernando Pessoa, na cidade do Porto, Portugal. Na área pedagógica, é instrutor de prática operacional da Academia de Polícia Militar D. João VI e no CFAP (Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças) da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, formando, operacionalmente, oficiais e praças de uma das polícias mais operacionais do Brasil.

Na área de formação especializada, exerceu, durante 4 anos, a função de chefe de instrução especializada do BOPE PMERJ — unidade com o maior número de combates reais em todo o mundo —, treinando policiais e militares de diversas instituições do Brasil e do mundo, que buscam conhecimentos operacionais nesta renomada unidade.

Na formação operacional, o Major Novo possui diversos cursos, entre eles o COEsp (Curso de Operações Especiais) BOPE-RJ, realizado em 2008, no qual foi o primeiro colocado, recebendo o honroso título de caveira 152; e o COPES (Curso de Operações Policiais Especiais) da Polícia Nacional Colombiana, no ano de 2009.

Dentre as diversas funções realizadas, destacam-se a de comandante da Companhia de Policiamento da Comunidade Cidade de Deus, no 18º BPM PMERJ; oficial de operações, comandante de equipe, comandante da unidade de intervenção tática, chefe de pessoal, inteligência, operações e instrução — todas exercidas no BOPE. No BPChoque, exerceu as funções de chefe de instrução, operações e comandante do GTM (Grupamento Tático de Motociclistas), no qual está lotado atualmente, exercendo a função de subcomandante operacional da maior unidade da PMERJ.

Fora da atividade operacional, exerceu as importantíssimas funções de comandante do corpo de alunos do CFAP, sendo o responsável pela formação de aproximadamente mil recrutas da Polícia Militar carioca, e a importante atuação jurídica de juiz militar na AJMERJ (Auditoria de Justiça Militar do Estado do Rio de Janeiro).

São incalculáveis as horas de operações policiais, principalmente em áreas de alto risco, participando diretamente de todas as operações de implementação das UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora), resultando na prisão e neutralização de muitos criminosos e apreensão de diversos armamentos. O Major Novo destaca-se também na ação de retomada dos complexos das favelas do Alemão e da Penha, iniciada exclusivamente pelo BOPE muito antes de noticiado pela mídia, retirando, mesmo que temporariamente, os moradores das referidas localidades do julgo e dos abusos de criminosos.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 SEGURANÇA PÚBLICA

1.1 – Previsão legal e a amplitude do tema	27
1.2 – Ramos do conhecimento com influência direta na segurança pública.....	28
1.2.1 – Educação	28
1.2.2 – Saúde.....	29
1.2.3 – Ordenamento urbano e infraestrutura	31
1.2.4 – Estrutura familiar	31
1.2.5 – Economia e emprego	33

CAPÍTULO 2 SISTEMA JURÍDICO POLICIAL BRASILEIRO

2.1 – Polícia Militar	38
2.2 – Polícia Civil	41
2.3 – Polícia Federal	42
2.4 – Polícia Rodoviária Federal.....	44
2.5 – Guarda Municipal.....	45
2.6 – Ministério Público	45
2.7 – Poder Judiciário	46
2.8 – Sistema prisional	47
2.9 – Força Nacional de Segurança.....	49
2.10 – Forças Armadas.....	50
2.11 – Colapso do Sistema	50

CAPÍTULO 3
ASPECTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS
E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

3.1 – Proibição do anonimato	56
3.2 – Direito de resposta.....	58
3.3 – Liberdade de expressão e vedação da censura	60
3.4 – Proteção da imagem do agente público	61
3.5 – Proteção domiciliar e as abordagens em edificações.....	62
3.6 – Sigilo das informações	63
3.7 – Liberdade de locomoção.....	65
3.8 – Direito de reunião	66
3.9 – Requisição administrativa.....	67
3.10 – Inafastabilidade do poder judiciário	68
3.11 – Direitos sociais	69

CAPÍTULO 4
ASPECTOS PENAIS

4.1 – Art. 13 - Ações e omissões e seus reflexos no Direito Penal	73
4.1.1 – Socorro do agressor	75
4.1.2 – Policial 24 horas por dia	76
4.2 – Art. 17 – Crime impossível	76
4.2.1 – Lesividade parcial do objeto (simulacro)	77
4.2.2 – A diferença entre a vida e a morte, a prisão e a liberdade estão na fração de segundos	78
4.2.3 – Matar o morto	78
4.3 – Art. 21 – Erro sobre a ilicitude do fato, erro de proibição.....	79
4.3.1 – Ignorância e falta de conhecimento não excluem o crime	79
4.3.2 – Justiça com as próprias mãos	80
4.3.3 – A relevância da quantidade de condutas incriminadoras dificultam sua identificação e seu conhecimento.....	80
4.4 – Art. 22 - Coação irresistível e obediência hierárquica.....	81
4.4.1 – A condição de policial não exclui a possibilidade de ameaça.....	81
4.4.2 – Coação física “forçar o gatilho”	82
4.4.3 – Crime cometido sob coação mais constrangimento	82
4.4.4 – Condições da obediência hierárquica: “ordem absurda não se cumpre”	83
4.4.5 – Hierarquia e disciplina, bases do militarismo	84

4.5 – Art. 23 - Excludentes de ilicitudes, as justificativas legais operacionais	85
4.5.1 – Desarquivamento de inquéritos policiais	86
4.5.2 – Estado de necessidade.....	86
4.5.3 – Legítima defesa real e putativa.....	89
4.5.4 – Estrito cumprimento do dever legal	97
4.5.5 – Exercício regular de um direito.....	98
4.5.6 – Consentimento do ofendido	99
4.5.7 – Excesso	101
4.6 – Art. 26, 27 e 28 - Inimputabilidade, quem não sofre as sanções do Direito Penal	104
4.6.1 – Necessidade de intenção danosa.....	105
4.6.2 – Imputabilidade, quem pode sofrer as sanções do Direito Penal.....	106
4.6.3 – Maior idade penal	107
4.6.4 – Embriaguez e usuários de drogas	107
4.6.5 – O profissional deve agir com a razão	109
4.7 – Art. 29, 30 e 31 - Concurso de pessoas, pluralidade de criminosos	110
4.7.1 – Aproveitadores do caos	112
4.7.2 – Domínio total ou parcial do fato criminoso	113
4.7.3 – Utilização de terceiros para o cometimento de crimes	114
4.7.4 – Diferentes auxílios criminosos	115
4.7.5 – Material escasso	116
4.8 – Art. 69 e 70 - Concurso de crimes: material e formal.....	116
4.8.1 – Cálculo de pena.....	118
4.9 – Art. 71 – Crime continuado, extensão da condição flagrancial.....	120
4.10 - Art. 73 - Erro na execução, quanto mais difícil a atividade, maior é a possibilidade de erro	122
4.10.1 – “Bala perdida”	122
4.11 – Resultado diverso do pretendido, “errar é humano”	123

CAPÍTULO 5

ASPECTOS PENAIIS (PARTE ESPECIAL)

5.1 – Art. 21 – Homicídio	127
5.1.1 – “Polícia que mais mata”	129
5.1.2 – Comprovação técnica operacional de óbito.....	130
5.1.3 – Homicídio doloso, intenção de matar.....	131
5.1.4 – Homicídio privilegiado e a considerável aceitação social	132
5.1.5 – Homicídio qualificado, repulsa social	133
5.1.6 – “Operação cavalo de troia”	134

Sumário

5.1.7 – Proteção especial aos agentes de segurança	135
5.1.8 – Polícia, atividade pautada na técnica	136
5.1.9 – Proteções especiais.....	137
5.1.10 – Milícia	138
5.2 – Art. 129 – Lesão corporal.....	138
5.2.1 – Banalização da resolução de conflitos pela via violenta	140
5.2.2 – Níveis de lesão	141
5.2.3 – Diferença entre lesão corporal e tentativa de homicídio.....	141
5.3 – Art. 135 - Omissão de socorro	142
5.3.1 – O peso legal de ser garante.....	143
5.3.2 – Proteção especial das crianças	143
5.3.3 – Socorro a ferido	144
5.3.4 – Interpretação do conceito de autoridade	145
5.3.5 – Impossibilidade de prestação de socorro.....	146
5.4 – Art. 136 – Maus-tratos.....	147
5.4.1 – Cursos e treinamentos operacionais	147
5.4.2 – Crime intramuros e familiar	149
5.5 – Art. 137 – Rixa	151
5.5.1 – Demonstração de força para não usar a força	151
5.5.2 – Tumulto generalizado	151
5.5.3 – Marcação de rixa pela internet.....	152
CRIMES CONTRA A HONRA.....	153
5.6 – Art. 138 – Calúnia.....	153
5.6.1 – Degradação da imagem pessoal	154
5.6.2 – Disseminação de boatos	154
5.6.3 – Polícias e autoridades públicas: principais alvos de determinados setores da imprensa	155
5.7 – Art. 139 – Difamação	156
5.7.1 – Degradação da imagem perante a sociedade	156
5.7.2 – A verdade afasta o tipo	157
5.8 – Art. 140 – Injúria	157
5.8.1 – Xingamentos	157
5.8.2 – Início de crimes mais graves	158
5.8.3 – Proteções especiais.....	159
5.8.4 – “Homens de preto matando pretos”	159
5.9 – Qualificadora.....	159
5.9.1 – Velocidade da informação	160
5.9.2 – A difícil relação entre polícia e imprensa	160

5.10 – Art. 142 – Possibilidade de exclusão da figura incriminadora	161
5.10.1 – Importância de conhecimentos processuais	161
5.10.2 – Registro pessoal irresponsável	162
Dos Crimes contra a Liberdade Pessoal.....	162
5.11 – Art. 146 – Constrangimento ilegal	162
5.11.1 – Abrangência do tipo	163
5.11.2 – Ocorrência com suicidas	163
5.12 – Art. 147 – Ameaça	164
5.12.1 – Ameaça não falada	164
5.12.2 – “Cão que late também morde”	165
5.13 – Art. 148 – Sequestro e cárcere privado	165
5.13.1 – Cárcere privado benéfico	166
5.13.2 – Diferenciação com o abuso de autoridade	166
5.13.3 – Amor bandido	167
5.13.4 – Sequestro de policiais	168
5.14 – Art. 150 – Violação de domicílio	168
5.14.1 – Policiais expulsos de suas residências.....	170
5.14.2 – Uso da garantia legal pelos criminosos.....	170
5.14.3 – “Barraco” é domicílio?	171
5.14.4 – Revogação da autorização de entrada.....	171
5.14.5 – Utilização de lajes.....	172
5.14.6 – Titular da autorização	172
5.14.7 – Impacto da desordem urbana.....	173
5.14.8 – Formas qualificadas.....	173
5.15 – Art. 155 - Furto.....	174
5.15.1 – Definição de patrimônio	175
5.15.2 – “Ladrão que rouba ladrão não merece punição”	175
5.15.3 – Proteção de patrimônio lícito	176
5.15.4 – Furto de uso, argumento do criminoso	176
5.15.5 – Retirada efetiva do bem.....	176
5.15.6 – Furto privilegiado e punição capital	177
5.15.7 – Furto de energia e “gato net”	177
5.15.8 – Diferenciação de furto de veículo e furto no veículo	179
5.15.9 – Empregado de confiança.....	179
5.15.10 – Criar confusão como distração	180
5.15.11 – Túneis	180
5.15.12 – Batedor de celular.....	180
5.15.13 – “Chave micha”	181

Sumário

5.15.14 – Pluralidade de autores	181
5.15.15 – Crimes transfronteiriços	181
5.16 – Art. 157– Roubo	182
5.16.1 – Criminosos em fuga	183
5.16.2 – “Pega ladrão”	183
5.16.3 – Diferenciação de roubo e furto, “quem não deve não teme?”	184
5.16.4 – “Arrastão”	185
5.16.5 – Roubo armado.....	185
5.16.6 – Arma de brinquedo e simulacro	186
5.16.7 – A fatal “visão de túnel”	187
5.16.8 – Imputação de conduta mais gravosa aos menores de idade	187
5.16.9 – Policial realizando serviço de escolta privada	188
5.16.10 – Roubo com restrição de liberdade.....	189
5.16.11 – Modalidade mais gravosa, resultando lesões ou morte.....	190
5.16.12 – O preço de uma vida, policial como vítima de latrocínio	191
5.17 – Art. 158 – Extorsão.....	192
5.17.1 – Policial exercendo segurança privada	193
5.17.2 – Golpe do falso sequestro.....	194
5.18 – Art. 159 – Extorsão mediante sequestro.....	194
5.18.1 – “Sequestro” de animais, veículos e autoridades	195
5.18.2 – Agravantes e questões especiais	197
5.19 – Art. 163 - Dano	198
5.19.1 – Golpe do seguro	199
5.19.2 – Manifestações criminosas.....	200
5.19.3 – Modalidade qualificada.....	200
5.20 – Art. 180 – Receptação.....	200
5.20.1 – Crime socialmente aceito	201
5.20.2 – “Robauto”	202
5.20.3 – “Robin Hood tupiniquim”	203
5.20.4 – “Primeira dama do crime”	203
5.20.5 – Condutas sucessivas	204
5.20.6 – Receptação de coisa própria	205
5.20.7 – Crime mercantilista.....	206
5.20.8 – Ignorância como instrumento de defesa.....	207
5.20.9 – Modalidade culposa e indícios visíveis de crime	207
5.20.10 – <i>Drive thru</i> do crime	208
5.20.11 – Autonomia de autoria.....	208
5.21 – Art. 286 - Incitação ao crime.....	209

5.21.1 – Incitação de crime contra policiais	210
5.22 – Art. 287 - Apologia de crime ou criminoso	211
5.22.1 – “Bandidolatria”	212
5.22.2 – “Proibição”	213
5.22.3 – Marcha da maconha	213
5.23 – Associação criminosa	214
5.23.1 – Dupla no crime	215
5.23.2 – Aspirante no crime	216
5.23.3 – Militantes	216
5.23.4 – Figuras qualificadas	217
5.23.5 – “Nem tudo é o que parece”	218
5.24 – Art. 327 - Conceito de funcionário público	219
5.25 – Art. 312 – Peculato	221
5.25.1 – Policial que não devolve arma acautelada	221
5.25.2 – Espólio de guerra	222
5.25.3 – Utilização de viatura em assuntos particulares	223
5.25.4 – O peso legal de ser funcionário público	224
5.25.5 – Policial desatento	224
5.25.6 – Perda da arma de fogo	225
5.26 – Art. 316 – Concussão	225
5.26.1 – Polícia privada	226
5.27 – Art. 317 – Corrupção passiva	227
5.27.1 – Corrupção exaurida, solicitar e receber	228
5.27.2 – Corporativismo negativo	229
5.28 – Art. 319 - Prevaricação	229
5.28.1 – Impessoalidade na atividade policial	230
5.29 – Art. 320 – Condescendência criminosa	231
5.29.1 – Denúncias	231
5.30 – Art. 321 – Advocacia administrativa	232
5.30.1 – Pedido indiscreto	232
5.31 – Art. 325 - Violação de sigilo funcional	233
5.31.1 – O valor da informação	233
5.31.2 – Investigação sigilosa	234
5.31.3 – Minuto de fama, autoridade “ <i>popstar</i> ”	235
5.31.4 – Vazamento de operações policiais	235
5.31.5 – Banco de dados	236
5.32 – Art. 328 – Usurpação de função pública	236
5.32.1 – Falso policial	237

Sumário

5.33 – Art. 329 – Resistência.....	238
5.33.1 – O excesso legitima a resistência	238
5.33.2 – Importância das identificações funcionais	238
5.33.3 – “Você sabe com quem está falando?”	239
5.34 – Art. 330 – Desobediência.....	240
5.34.1 – Nem toda ordem legal é justa.....	240
5.34.2 – Não comparecimento para depor	241
5.35 – Art. 331 – Desacato.....	242
5.35.1 – Gestos com potencial lesivo	242
5.35.2 – Crime “cara a cara”	243
5.35.3 – Policial de folga pode ser desacatado?.....	244
5.36 – Art. 332 – Tráfico de influência	245
5.36.1 – “Lobistas”	245
5.36.2 – Pedir é crime?	247
5.37 – Art. 333 – Corrupção ativa	247
5.37.1 – Dar e receber agrados	248
5.37.2 – Enfraquecimento do instituto da fé pública	249
5.37.3 – Solicitações desagradáveis	249
5.37.4 – “Presentes”	250
5.37.5 – Ajuda ilegal	251
5.38 – Art. 339 – Denúnciação caluniosa	251
5.38.1 – Dano resultante de investigação	252
5.38.2 – “X9”	252
5.38.3 – Flagrante forjado	253
5.38.4 – Investigação criminal iniciada por notícia midiática	253
5.38.5 – “Disque vingança”	254
5.39 – Art. 340 – Comunicação falsa de crime ou contravenção	254
5.39.1 – “Trote”	255
5.40 – Art. 342 – Falso testemunho ou falsa perícia	255
5.40.1 – Testemunha suspeita	256
5.40.2 – Fragilidade institucional: na dúvida, prende-se o policial.....	257
5.41 – Art. 345 – Exercício arbitrário das próprias razões.....	258
5.41.1 – Impessoalidade, policial deve conduzir a ocorrência e não fazer parte dela.....	259
5.42 – Art. 347 Fraude processual	260
5.42.1 – “Plantar” ou “embuchar” arma.....	260
5.42.2 – Alteração justificável de local de crime	261
5.42.3 – “Arredondar” ou ajustar ocorrência.....	262
5.42.4 – Troca de tiro sem arma	262

5.43 – Art. 348 – Favorecimento pessoal	263
5.43.1 – “Simpatizantes” do crime	264
5.43.2 – Mentira criminosa.....	265
5.44 – Art. 349 – Favorecimento real	265
5.45 – Art. 351 – Fuga de pessoa presa ou submetida à medida de segurança	267
5.45.1 – Utilização de algemas.....	268

CAPÍTULO 6

LEGISLAÇÕES PENAIS ESPECIAIS

6.1 – Lei 4.898/65 – Abuso de autoridade.....	271
6.1.1 – Abordagem de pessoas	273
6.1.2 – “Sarque”, condução de suspeitos para a delegacia, a fim de verificar possíveis pendências judiciais	273
6.1.3 – Violação de domicílio mesmo sem adentrar nele	275
6.1.4 – Ocupações	275
6.1.5 – Protesto com objetivo de frustrar reunião ou evento legal	276
6.1.6 – Uso da força como regra	277
6.1.7 – A linha tênue entre abuso, censura e o direito à segurança	278
6.1.8 – A reportagem que custou uma vida	278
6.1.9 – Ingerência política: o caso museu do índio.....	279
6.1.10 – “Escrachada”, policial nunca pode trocar de lugar com o criminoso	280
6.1.11 – Súmula vinculante número 11, dois pesos e duas medidas	281
6.1.12 – Amigos de interesse	282
6.1.13 – Nem sempre a restrição da liberdade é a pena mais dura	284
6.1.14 – Perda do porte de arma	284
6.1.15 – Competência	285
6.2 – Lei 9.455/97 - Lei de tortura	286
6.2.1 – Policial ameaçado	287
6.2.2 – Diferenciação de tortura e maus-tratos	288
6.2.3 – “Coloca no saco”	289
6.2.4 – Confissão forçada	289
6.2.5 – Traficante fanático religioso	291
6.2.6 – Fazer “vista grossa”	293
6.2.7 – Aplicação “legal” de tortura	295
6.2.8 – Perda do cargo para policiais.....	296
6.3 Lei 10.826, decretos 5.123 e 3.665, regulamentação de arma de fogo	297
6.3.1 – Evolução do poder bélico do crime	298

Sumário

Art. 2º Ao Sinarm compete:.....	300
6.3.2 – “Armeiros”	300
6.3.3 – Acesso aos bancos de dados policiais	301
6.3.4 – Armas de fogo de militares e autoridades	301
6.3.5 – Guardas municipais.....	304
6.3.6 – Porte especial do CAC (Colecionador, Atirador Desportivo e Caçador) e a legítima defesa.....	306
6.3.7 Porte direto	308
6.3.8 – “Caçador”	309
6.3.9 – Porte para pessoas comuns	310
6.3.10 – Policial bêbado armado	310
6.3.11 – Conceitos fundamentais	311
ARMAS CURTAS.....	311
ARMAS LONGAS.....	312
6.3.12 “Kit rajada”	312
6.3.13 – “Muleta 7.62”	313
6.3.14 – Simulacro	313
6.3.15 – “Air soft”	314
6.3.16 – “Disparo fantasma”	315
6.3.17 – “Caçar ou abater criminosos”	316
6.3.18 – Colete balístico.....	318
CRIMES PREVISTOS NA LEI 10.826	320
6.3.19 – Art. 12 – Posse irregular de arma de fogo de uso permitido	320
6.3.20 – Crime “intramuros”	320
6.3.21 – Registro vencido	321
6.3.22 – Arma inservível ou histórica	322
6.3.23 – Entrega da arma para as autoridades competentes	322
6.3.24 – Aplicação do princípio da insignificância.....	322
6.3.25 – Art. 13 – Omissão de cautela, “arma é sinônimo de responsabilidade”	323
6.3.26 – Art. 14 - Porte ilegal de arma de fogo de uso permitido	324
6.3.27 – Empréstimo de arma de fogo	326
6.3.28 – Revista pessoal em autoridades armadas	326
6.3.29 – Ocultação de arma de fogo de terceiro	327
6.3.30 – Porte de arma inservível, de brinquedo e desmuniada.....	328
6.3.31 – Pluralidade de armas	329
6.3.32 – Roubo “à mão armada”	330
6.3.33 – Condutas típicas de receptação, homicídio e tráfico somadas ao porte	331
6.3.34 – Art. 15 – Disparo de arma de fogo, “tiroteios”, disparo a esmo e “bala perdida”	332

6.3.35 – Emprego tático operacional de metralhadoras na atividade policial	334
6.3.36 – Disparos e os homicídios dolosos e culposos	335
6.3.37 – Condutas típicas de porte e roubo somadas ao disparo	336
6.3.38 – Art. 16 – Posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito.....	337
6.3.39 “Arma raspada”	338
6.3.40 – “Potencialização” do armamento e fraude especial	338
6.3.41 – Granada, coquetel molotov e fogos de artifício	339
6.3.42 Equiparação de arma raspada à arma de uso restrito	340
6.3.43 – “Meninos” armados	340
6.3.44 – Explosão de caixa eletrônico	341
6.3.45 – Utilização de armas apreendidas pelas forças de segurança	342
6.4 – Lei 11.343/06 – Lei antidrogas	343
6.4.1 – Não basta parecer ou ser, deve ter efeito	344
6.4.2 – “Fraude” no tráfico de drogas	345
6.4.3 – Art. 28 - Usuário: doente ou causador?.....	345
6.4.4 – “Fila na boca de fumo”	346
6.4.5 – Material ilícito nunca tem dono	347
6.4.6 – Usar não é crime	347
6.4.7 – Impacto do uso de drogas para terceiros	347
6.4.8 – Impossibilidade de prisão do usuário sob qualquer hipótese, a relação polícia e usuários.....	348
6.4.9 – Transporte de sementes e cultivo de maconha	350
6.4.10 – Critério do reconhecimento judicial, diferenciação entre usuários e traficantes..	351
6.4.11 – Importância do depoimento do policial	351
6.4.12 – A polêmica distinção entre uso e tráfico	351
6.4.13 – A falta de agilidade do sistema persecutório	353
6.4.14 – Art. 33 – Tráfico	354
6.4.15 – “Disque droga”	354
6.4.16 – “Adulteração” de drogas.....	354
6.4.17 – Material de endolação e atacadistas e varejistas das drogas	355
6.4.18 – Ostensividade das “bocas de fumo”	356
6.4.19 – “Mulas” e “aviãozinho” do tráfico	356
6.4.20 – Ingredientes de drogas	357
6.4.21 – Festa “regada” a drogas	359
6.4.22 – Beneficiários indiretos do tráfico	359
6.4.23 – Uso compartilhado, “cachimbo da paz”	360
6.4.24 – Uso recreativo	361
6.4.25 – A indignação policial: “polícia prende e judiciário solta”, se justifica?	362

Sumário

6.4.26 – Tráfico privilegiado	362
6.4.27 – Funções no tráfico	362
6.4.28 – Flagrante preparado no tráfico.....	363
6.4.29 – Material de endolação	364
6.4.30 – Prisão de traficante só ocorre em comunidade carente?	366
6.4.31 – “Simpatizantes” do tráfico	366
6.4.32 – “Fogueteiro e radinho”	367
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	369

PREFÁCIO

Conheci o Major Novo quando ele era Tenente no Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE) do Rio de Janeiro há, aproximadamente, 10 anos.

Assim que terminei uma instrução com a tropa, o Major Novo me procurou e me fez uma série de questionamentos e ponderações. Ali, naquele exato instante, nascia uma grande amizade, que só foi crescendo ao longo dos anos.

A cada questionamento, a cada ponderação, percebia naquele policial militar uma avidez por conhecimento, uma vontade de aprender mais a cada dia. Na verdade, o que meu querido amigo não sabia é que eu era o aluno, pois sua experiência como combatente, numa cidade que se vive um problema crônico de violência, me deixava perplexo com cada uma de suas brilhantes e sempre bem ponderadas argumentações.

Independentemente de ser um guerreiro urbano que enfrenta, diariamente, os horrores praticados por criminosos na cidade do Rio de Janeiro, o Major Novo, desde sempre, demonstrou ser também um exímio pesquisador, um estudioso incansável.

A experiência dele — principalmente como oficial de uma das unidades de operações especiais mais respeitadas do mundo — aliada ao seu conhecimento acadêmico resultaram em um trabalho que, dificilmente, terá outro parecido.

Direito Operacional é um livro escrito por alguém que, realmente, conhece os problemas que afligem nossa sociedade e, em especial, os policiais que atuam na defesa dela.

Não é incomum que um policial se veja envolvido em algum tipo de ocorrência e que tenha dúvidas em resolvê-la. Todos nós sabemos da carência de recursos, ou mesmo de seus desvios, que seriam destinados às forças de segurança pública. Os policiais, na verdade, são deixados à própria sorte e, sem recursos, não conseguem levar a efeito instruções necessárias à tropa.

Por isso, o livro de autoria do Major Novo pode ser considerado, sem exagero, como uma “tábua de salvação”, no qual o policial buscará soluções seguras para os problemas que enfrenta em sua realidade nas ruas.

A obra parte do conceito de segurança pública, analisa o sistema jurídico brasileiro e seus atores (polícia, ministério público, magistratura etc.), enfrenta os aspectos constitucionais dos direitos e das garantias fundamentais, mergulha, profundamente, nos problemas penais e processuais penais, inclusive aqueles que constam em nossa legislação penal extravagante, tudo muito bem organizado e pensado por um agente que lida e conhece os problemas enfrentados pelos seus pares.

A obra — se eu puder escolher apenas um adjetivo para me referir a ela — é sensacional. Com ela, o Major Novo inicia uma nova fase na sua já consagrada carreira. Como escritor, não fica nada a dever ao guerreiro que, há anos, combate diariamente uma das piores espécies de criminalidade.

O livro, a partir de agora, servirá como base de apoio e deverá estar presente em cada viatura policial, em cada unidade policial, assim como acontece com o Código de Defesa do Consumidor que, por lei, deve constar em cada comércio. Nele, o policial encontrará respostas seguras e confiáveis, fruto da experiência e pesquisa de um incansável guerreiro das armas e das letras.

Ao meu querido amigo Major Novo só tenho a agradecer pelo privilégio de ter, antecipadamente, tomado conhecimento deste conteúdo fantástico, desta obra que ocupará com toda a certeza um lugar de destaque nas prateleiras daqueles que lidam com a segurança pública.

Rogério Greco

Pós-doutor pela Università degli Studi di Messina (Itália)

Doutor pela Universidad de Burgos (Espanha)

Mestre pela Universidade Federal de Minas Gerais

Formado pela National Defense University em combate às organizações criminosas e ao terrorismo (Washington – EUA)

APRESENTAÇÃO

Polícia não é emprego, é sacerdócio. É uma profissão na qual os profissionais dispõem 24 horas por dia dos bens mais importantes para qualquer ser humano: a vida e a liberdade. Necessitando, logicamente, de algo a mais do que bons salários e boas condições de serviço para se manterem firmes no propósito de servir e proteger a sociedade, mesmo com o sacrifício da própria vida.

O presente livro é destinado a todos os profissionais de segurança pública e operadores primários do Direito e aborda o assunto de maneira inédita pelo viés não de um especialista jurídico, mas de um combatente que observa o Direito acontecendo, muitas vezes, abrigado e sob fogo de criminosos.

Profissão marcada pelo risco e estresse extremos, é pautada, tecnicamente falando, pela interdisciplinaridade, podendo ser citados como ramos necessários do conhecimento para seu pleno exercício a Antropologia, Sociologia, Psicologia, Criminologia e o Direito — sendo este último o foco da obra. Esses conhecimentos são fundamentais para o exercício profissional.

Os policiais operacionais são os únicos servidores a observarem essa disciplina acadêmica acontecer ao vivo e em cores diante de seus olhos, não se resumindo a procedimentos e processos autuados posteriormente, demonstrando, assim, o fascínio desta nobre atividade laboral.

Como ensinado nas lições técnicas e operacionais, o policial deve sempre estar preparado basicamente em três aspectos: físico — carregamos no mínimo 10 quilos de equipamentos durante horas sob chuva ou sol; psicologicamente — atuamos no caos, tomando decisões sobre direitos e garantias fundamentais, sob risco extremo e em frações de segundo; e, por último e não menos importante, o preparo técnico, que não se resume e se encerra nas escolas de formação policial, devendo este ser buscado nas diversas fontes disponíveis, surgindo aqui a ideia de construção de um livro de policial para policial.

Durante nossa breve formação jurídica, chegamos a duas importantes conclusões: a primeira é a necessidade e relevância do Direito na atividade policial. Como garantir e cobrar a norma sem seu conhecimento pleno? A segunda é que de fato a norma não acompanha a realidade dos fatos. Sendo assim, nosso ordenamento jurídico apresenta um atraso às necessidades operacionais para o pleno cumprimento da missão e das demandas sociais, principalmente, no tocante à segurança pública. Não temos dúvidas de que o curso de Direito é de extrema importância, entretanto, nesta área do conhecimento, nem sempre os policiais operacionais são o foco. No mercado, faltam materiais de consulta com linguagem direta e simples para esse público, possibilitando acesso direto e simplificado às informações mais relevantes, mesmo para aqueles sem formação jurídica.

Nos capítulos iniciais, foi apresentada uma breve contextualização da crise na segurança pública do Brasil, definindo e explicando o sistema jurídico policial brasileiro e mostrando todos os atores do processo, bem como suas atribuições legais amparadas pela Constituição Federal. Também foi comparado o previsto com o que ocorre de fato, sendo esta discrepância uma das razões pela ineficiência na prestação do serviço de segurança pública. Neste momento, cabe a ressalva de que as críticas expostas no trabalho não são e nunca devem ser individuais, muito menos direcionadas às instituições legalmente previstas. Elas sempre serão direcionadas aos gestores públicos. Como aprendemos nos bancos escolares castrenses, a culpa é sempre do comandante.

Nos comentários do ordenamento jurídico propriamente dito, o Direito constitucional — com posição superior no ordenamento jurídico — é o ponto de partida. A Constituição Federal de 1988 é analisada focando-se nos tópicos diretamente ligados à segurança pública, pouco debatida pela doutrina. Seguindo a didática proposta, comentaremos os artigos e os termos positivados, explicando o que avaliamos como os mais importantes na atividade policial operacional, fazendo a devida citação de casos concretos vivenciados ao longo da carreira policial do autor.

Em seguida, serão abordados os aspectos penais, partindo da parte geral do Código Penal. Na sequência, os artigos estabelecidos pela lei, citando alguns que são julgados como fundamentais pelo número de ocorrências policiais, demonstrando, assim, sua aplicabilidade na atividade operacional. Mantendo a linha proposta, exemplos reais — vivenciados ou observados —, mesmo que adaptados, serão colocados à disposição

do leitor, fazendo a relação entre teoria e prática, que é fundamental no desenvolvimento dos trabalhos literários nessa área.

No último capítulo, analisamos quatro leis especiais importantíssimas na atividade policial: 4.898 (abuso de autoridade), 9.455 (tortura), 10.826 (lei de armas) e, por último, a 11.343 (lei de drogas) pelo simples motivo de apresentarem grande número de ocorrências policiais, necessitando do policial um relativo domínio dessas normas. Em suma, até a Lei, na dúvida, escuta o especialista. Apesar de, na maioria das vezes, a própria regra geral regulamentar o caso concreto, alguns assuntos, por sua importância, são pormenorizados, saindo da tutela do Código Penal, criando o que chamamos de normas extravagantes. Logo, para os operadores primários do Direito, não basta o domínio do Código Penal, existe a necessidade de aplicação dos conhecimentos, uma vez que grande parte de sua atuação é regulada em legislação esparsa, explicando, assim, a extensão deste trabalho.

Por fim, o ordenamento jurídico nacional tem como característica a pluralidade de normas. A cada dia, surge uma nova lei, dificultando o acompanhamento e a atualização por parte dos profissionais de segurança pública, reforçando a ideia de que a formação jurídica é apenas mais um dos ramos do conhecimento necessários para o desenvolvimento profissional. Nós, policiais, devemos estar atentos e acompanhar todas as modificações jurídicas e suas devidas interpretações. Não vamos enganá-lo. Essa não é uma tarefa fácil, mas, sem a menor sombra de dúvida, você, leitor, já passou por missões mais complexas. Se fosse fácil, todos fariam. Não desista, não peça para sair.

Boa leitura a todos.